

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 973 p.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 973 p. --- *Localização: 342.72/.73(81) / M459d / 28.ed*

TÍTULO I	
INTERESSE E LEGITIMAÇÃO	
CAPÍTULO 1	
As várias categorias de interesses	
1.	Interesse público e interesse privado 47
2.	Interesse público primário e secundário 49
3.	Interesses transindividuais e sua tutela coletiva 50
4.	Interesses difusos 53
5.	Interesses coletivos 55
6.	Interesses individuais homogêneos 56
7.	Conclusões 58

CAPÍTULO 2

Legitimação ordinária e extraordinária

1. Legitimação ordinária.....	63
2. Legitimação extraordinária.....	63
3. Conclusão	68

TÍTULO II

A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 3

Ação civil pública

1. O que é ação civil pública ou ação coletiva.....	73
2. Ações de iniciativa do Ministério Público.....	75
3. Ações fundadas na Constituição da República.....	75
4. Ações fundadas no Código Civil.....	76
5. Ações fundadas no Código de Processo Civil.....	77
6. Ações fundadas no Código de Processo Penal.....	77
7. Ações fundadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	78
8. Ações fundadas na legislação trabalhista.....	79
9. Ações fundadas na Lei de Registros Públicos.....	79
10. Ações fundadas na Lei de Loteamentos	79
11. Ações fundadas em leis diversas	80

CAPÍTULO 4

A atuação do Ministério Público no processo civil

1. Atuação no processo civil em geral.....	85
2. A causa e a finalidade da atuação	90

3.	A obrigatoriedade da ação civil pública.....	93
	a) O dever de agir	93
	b) O caráter vinculado da atuação	95
	c) O princípio da obrigatoriedade na Lei n. 7.347/85.....	96
	d) O princípio da discricionariedade controlada.....	96
4.	A não-propositura da ação civil pública	99
5.	A obrigação de assumir a ação	100
6.	Intervenção pela natureza da lide	100
7.	Intervenção pela qualidade da parte.....	101
8.	Vinculação ou desvinculação ao interesse	103
9.	Limites da atuação vinculada	104
10.	Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte.....	105
11.	Pluralidade de membros do Ministério Público.....	105
12.	Hipóteses de intervenção protetiva	108
13.	Limites ao poder de impulso	109
14.	A defesa de interesses individuais	112
15.	A defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	113
16.	Impetração de mandado de segurança	117
17.	A jurisdição voluntária	119
18.	O Ministério Público como réu	121
19.	A falta de intervenção do Ministério Público	123
20.	O Ministério Público e a litigância de má-fé.....	125

TÍTULO III

A DEFESA DOS INTERESSES

DIFUSOS E COLETIVOS

NAS LEIS NS. 7.347/85 E 8.078/90

CAPÍTULO 5

Origens e alterações da Lei n. 7.347/85

1.	Os primeiros trabalhos.....	131
----	-----------------------------	-----

2.	Cotejo entre os projetos	132
3.	Alterações trazidas pela legislação subsequente	135
4.	Restrições ao sistema de defesa coletiva	137
5.	Litisconsórcio e compromisso de ajustamento.....	137
6.	O projeto de novo CPC.....	138
	a) A vedação do acesso coletivo à jurisdição.....	144
	b) A suspensão das ações individuais	144
	c) A disciplina da coisa julgada coletiva.....	148
	d) Conclusão.....	148

CAPÍTULO 6

Objeto da Lei n. 7.347/85

1.	Campo de incidência	151
2.	O veto imposto à Lei n. 7.347/85	154
3.	A defesa de qualquer interesse transindividual.....	155
4.	Causa de pedir e natureza do pedido	155
5.	A defesa do patrimônio público e da probidade administrativa ..	159
6.	O controle do ato administrativo	159
7.	Os princípios da eficiência e da razoabilidade.....	163
8.	Ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade.....	164
9.	A defesa do contribuinte e de outros interesses análogos.....	168
10.	Os danos morais e patrimoniais.....	168
11.	Direito de resposta coletivo	171
12.	Distinção entre ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo.....	173

CAPÍTULO 7

Proteção ao meio ambiente

1.	A proteção legal ao meio ambiente.....	177
2.	Conceito de meio ambiente	182
3.	A proteção às coisas, aos animais e aos vegetais	183
4.	Consciência social da preservação ambiental	184
5.	Legitimação para a ação ambiental	186

CAPÍTULO 8

Proteção ao consumidor

1.	Conceito doutrinário de consumidor	191
2.	Conceito legal de consumidor	193
3.	Direitos do consumidor	196
4.	Cláusulas abusivas	198
5.	Consumidores diversos	202
6.	O papel do Ministério Público	202
7.	O consumidor individual	205
8.	O Ministério Público e o atendimento ao público	207
9.	A defesa do consumidor no campo da propaganda.....	208
10.	O ônus da prova.....	210
11.	Crítica sobre a defesa do consumidor.....	210
12.	Conclusões.....	211

CAPÍTULO 9

Proteção ao patrimônio cultural

1.	Generalidades	213
2.	O patrimônio cultural	214
3.	O patrimônio artístico e estético.....	214
4.	O tombamento.....	215

CAPÍTULO 10

Proteção ao patrimônio público e social

1.	O patrimônio público e a improbidade administrativa.....	217
	a) Quem defende o patrimônio público.....	217
	b) A moralidade administrativa.....	219
	c) O papel do Tribunal de Contas	221
	d) O objeto da investigação e o polo passivo	221
2.	Os atos de improbidade administrativa	223
	a) Os atos que importem enriquecimento ilícito.....	224

2.	b) Os atos que importem lesão ao erário	226
	c) Os atos que atentem contra os princípios da Administração...	227
3.	A responsabilidade	228
4.	A questão do prejuízo	230
5.	As sanções	234
6.	A competência nas ações de improbidade administrativa	238
7.	A prescrição	240
8.	O processo	242
9.	O Ministério Público na defesa do patrimônio público	246
10.	O patrimônio social.....	256

CAPÍTULO 11

Tombamento

1.	O tombamento como forma de proteção administrativa	259
2.	Outras formas especiais de proteção	261
3.	Natureza jurídica do tombamento	265
4.	Conclusões.....	266

CAPÍTULO 12

Ações principais e cautelares e ações individuais

1.	Ações principais e cautelares	269
	a) Provimentos jurisdicionais possíveis	269
	b) Provimento mandamental	270
	c) Provimento injuntivo.....	272
2.	Rito processual.....	273
3.	A ação cautelar	274
4.	Antecipação da tutela	276
5.	Ações individuais e sua suspensão.....	277

CAPÍTULO 13

Ação penal para defesa de interesses transindividuais

1.	Generalidades	285
	a) O direito de punir.....	285

b) Tutela penal de interesses transindividuais	286
c) Prejudicialidade entre ação civil e ação penal	286
d) Prejudicialidade entre ação penal e ação civil	287
2. Iniciativa da ação penal	290
3. A ação penal privada subsidiária	290
4. Assistência ao Ministério Público	291

CAPÍTULO 14

Ações declaratórias e constitutivas

1. Ações alcançadas pela Lei n. 7.347/85	293
2. A norma residual de proteção a outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	295

CAPÍTULO 15

Conexidade, continência e litispendência

1. Conexidade e continência	297
2. Litispendência	300
3. Unidade ou extinção de processos	304

CAPÍTULO 16

Competência

1. As regras gerais	307
2. As questões decorrentes das relações do trabalho	310
a) A competência da Justiça do Trabalho	310
b) O meio ambiente do trabalho	312
c) Os interesses transindividuais indiretamente ligados às relações do trabalho	317
3. A competência absoluta	319
4. A competência em matéria de interesses transindividuais	319
a) Interesses difusos e coletivos	319
b) Interesses individuais homogêneos	319
c) Os limites da competência territorial do juiz prolator	320
d) Conclusão	325
5. A competência em matéria de defesa do consumidor	326
a) A competência relativa	326
b) O domicílio dos substituídos	328

6.	A competência em matéria de infância e juventude	329
7.	Os danos nacionais e regionais	329
8.	O critério da prevenção	331
9.	O interesse da União e de vários Estados	332
10.	A disputa sobre direitos indígenas	339
11.	A questão do foro por prerrogativa de função	339
12.	A inexistência de juízo universal nas ações coletivas	347
13.	A competência para a liquidação e a execução	348
14.	Considerações finais	348

CAPÍTULO 17

Legitimação ativa

1.	Legitimados ativos	349
2.	Representatividade adequada	355
3.	Legitimação das associações civis, dos partidos políticos, dos sindicatos e das fundações privadas	363
	a) Legitimação das associações civis	363
	b) Legitimação dos partidos políticos	369
	c) Legitimação dos sindicatos	370
	d) Legitimação das fundações privadas	375
4.	A legitimação ativa do Ministério Público	376
5.	Legitimação concorrente	384
6.	Ampliação da legitimidade ativa	386
7.	Os cidadãos e os titulares de interesses individuais	386

CAPÍTULO 18

Litisconsórcio e assistência

1.	Generalidades	391
2.	Litisconsórcio	391
3.	Litisconsórcio ulterior e aditamento à inicial	395
4.	Ministério Público autor e fiscal	396
5.	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	397
6.	As várias formas de assistência	403
	a) Os colegitimados	404
	b) Os indivíduos lesados	404
	c) Os terceiros	407

CAPÍTULO 19

Legitimação passiva

1.	Os legitimados passivos	409
	a) A regra geral.....	409
	b) A ação declaratória incidental	409
	c) O Ministério Público como réu.....	410
	d) As autoridades no polo passivo.....	410
	e) A desconsideração da personalidade jurídica.....	411
	f) Entes sem personalidade jurídica.....	413
	g) A intervenção de terceiros	414
	h) A citação dos beneficiários do ato impugnado.....	414
2.	A substituição processual no polo passivo.....	416
3.	O Estado como legitimado passivo	421
4.	A responsabilidade solidária e a responsabilidade regressiva....	424

CAPÍTULO 20

Interesse processual

1.	Interesse processual quanto ao Ministério Público.....	427
2.	Os demais legitimados	429
3.	A subsistência do interesse processual	431

CAPÍTULO 21

Unidade do Ministério Público

1.	Princípios institucionais	433
2.	As promotorias de Justiça.....	434
3.	Pluralidade ou unidade de agentes no feito	436
4.	Conflitos de atribuições	437
5.	Litisconsórcio de Ministérios Públicos.....	441

CAPÍTULO 22

Desistência da ação

1.	Generalidades sobre a desistência da ação civil pública.....	443
2.	Recusa ministerial em assumir a ação	446
3.	Homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público ..	447
4.	Desistência pelos demais legitimados ativos.....	448

CAPÍTULO 23

Desistência pelo Ministério Público

1. Igual tratamento processual para as formas de desistência 449
2. Homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público .. 452

CAPÍTULO 24

Transação e compromisso de ajustamento

1. Generalidades 455
 - a) A possibilidade de transigir..... 455
 - b) A criação do compromisso de ajustamento de conduta..... 457
 - c) O veto 457
 - d) As razões do veto..... 459
 - e) Conclusão 461
2. As partes no compromisso de ajustamento 462
3. Natureza jurídica 467
4. Características 470
5. Compromissos preliminares 472
6. Transações judiciais 474
7. A discordância dos interessados 475
8. Efeitos dos compromissos de ajustamento e das transações judiciais 478
9. Homologação pelo órgão colegiado competente 482
10. O cumprimento e a rescisão do compromisso de ajustamento... 483

CAPÍTULO 25

Desistência e renúncia do recurso

1. Atos de desistência ou renúncia do recurso 487
2. Caráter excepcional dos atos 488
3. Efeitos 488
4. Desistência pelo Ministério Público 489
5. Oitiva do Conselho Superior do Ministério Público 490

CAPÍTULO 26

Notificações, requisições e dever de informação

1.	As notificações.....	493
2.	As requisições.....	495
3.	As matérias sigilosas.....	498
4.	A requisição de informações eleitorais e bancárias.....	501
5.	Requisições à autoridade policial.....	504
6.	Desatendimento à requisição.....	504
7.	O particular e o acesso à informação.....	504
8.	A chamada <i>Lei da Mordada</i>	506

CAPÍTULO 27

Inquérito civil

1.	Generalidades.....	511
2.	Instauração, competência e objeto.....	517
3.	Instrução e sigilo.....	520
4.	Conclusão do inquérito civil.....	523
5.	O arquivamento implícito.....	526
6.	Controle do arquivamento.....	528
7.	O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da Lei n. 7.347/85.....	531
8.	Recursos no inquérito civil.....	532
9.	Compromisso de ajustamento.....	534
10.	Audiências públicas e recomendações.....	535

CAPÍTULO 28

Tramitação do inquérito civil no colegiado competente

1.	As providências prévias.....	537
2.	O arrazoamento pelas associações.....	538
3.	O arrazoamento pelos demais legitimados e por terceiros.....	539

4.	A matéria regimental	540
5.	A deliberação do colegiado	540

CAPÍTULO 29

Efeitos do arquivamento do inquérito civil

1.	Generalidades	543
2.	Compromisso de ajustamento	546
3.	O arquivamento e a decadência	548

CAPÍTULO 30

Impedimento e suspeição

1.	Distinções	551
a)	Generalidades	551
b)	Impedimento em sentido lato	551
c)	Impedimentos e motivos de suspeição para fins processuais	553
2.	Impedimento e suspeição nas ações civis públicas	554
a)	Interesses transindividuais	554
b)	Arquivamento do inquérito civil	555
c)	Conversão em diligência	557
d)	Aconselhamento às partes	558
e)	Tomada de compromisso de ajustamento	560
3.	Arguição do impedimento ou da suspeição	560
4.	Incompatibilidade de acumular funções conflitantes	561

CAPÍTULO 31

Crime contra a Administração Pública

1.	Os crimes do art. 10 da Lei n. 7.347/85 e do art. 8º, VI, da Lei n. 7.853/89	563
2.	Crítica aos institutos	567

CAPÍTULO 32

Liminares e recursos

1.	Distinções prévias	569
2.	O mandado liminar	573
3.	A proibição de concessão de liminar	574
4.	Impugnações à decisão sobre a liminar	578
	a) Impugnação à concessão da liminar	578
	b) Impugnação à denegação da liminar	586
5.	A reconsideração da liminar	587
6.	Os recursos em geral	588

CAPÍTULO 33

Multas

1.	As multas cominatórias	593
2.	Multa liminar	594
3.	Multa imposta em tutela antecipada	595
4.	Multa imposta na sentença	595
5.	Multas administrativas e multas impostas em compromisso de ajustamento	598

CAPÍTULO 34

Fundo para reconstituir o bem lesado

1.	A reparação de interesses difusos lesados	601
2.	O fundo do art. 13 da Lei n. 7.347/85	602
3.	Os fundos semelhantes	604
4.	Fundo federal e fundos estaduais	604
5.	A participação de membros do Ministério Público	605
6.	As receitas do fundo	605
7.	As finalidades do fundo	606

CAPÍTULO 35	
A reparação das lesões individuais	
1. Generalidades	609
2. Perda do prazo para habilitação dos lesados	612
CAPÍTULO 36	
Liquidação, cumprimento da sentença e execução	
1. A liquidação da sentença.....	617
2. O cumprimento da sentença no processo coletivo.....	620
a) Generalidades	620
b) O cumprimento da sentença e a impugnação.....	621
c) A execução provisória	625
3. A execução de título extrajudicial e os embargos	626
4. Observações comuns à liquidação e ao cumprimento da sentença	627
5. A presença de mais de um tipo de interesse transindividual	629
6. A escolha do foro pelo lesado individual	630
7. O foro para a liquidação e o cumprimento da sentença	631
8. Os autos em que se deve fazer a liquidação ou o cumprimento da sentença	632
9. A questão da competência territorial do juiz	635
10. A preferência das indenizações individuais.....	636
11. O papel do Ministério Público	638
CAPÍTULO 37	
Coisa julgada	
1. A coisa julgada como fenômeno processual	641
2. Os supostos limites territoriais da coisa julgada	642
3. A coisa julgada em matéria de interesses transindividuais.....	646
4. Alcance das expressões <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i>	648
5. A coisa julgada coletiva e as ações individuais	650

6.	Alguns exemplos de coisa julgada coletiva	652
7.	A coisa julgada coletiva segundo o resultado do processo	654
8.	Quadros sinóticos	655
9.	Apreciação conclusiva sobre a coisa julgada coletiva	657
10.	A reabertura da ação e a rescisão da coisa julgada	658
11.	A necessidade de mitigar a coisa julgada	662

CAPÍTULO 38

As custas e os demais

encargos da sucumbência

1.	As custas e os encargos processuais	667
2.	Consequências processuais da sucumbência	668
3.	O Ministério Público, os honorários e a improcedência	674

CAPÍTULO 39

A prova e a avaliação dos danos

1.	Generalidades	677
2.	O ônus da prova	678
3.	As dificuldades na avaliação	682
4.	O papel da perícia	685

CAPÍTULO 40

Responsabilidade e culpa

1.	Responsabilidade com ou sem culpa	689
2.	Exclusão da responsabilidade	694
3.	O nexo causal	696
4.	A prescrição e a decadência	697
	a) Generalidades	697
	b) O meio ambiente	699
	c) O patrimônio público	700
	d) Os consumidores	702
	e) Os outros interesses transindividuais	703

CAPÍTULO 41

Responsabilidade estatal

1. O Estado como causador do dano a interesses transindividuais..... 705
2. O Estado no polo passivo da ação 706

CAPÍTULO 42

Responsabilidade dos agentes públicos

1. A responsabilidade dos agentes públicos e dos agentes políticos.. 709
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público 711
3. A questão da responsabilidade por culpa do membro do Ministério Público 714
4. A atividade opinativa do membro do Ministério Público 717
5. A ação de responsabilidade civil 718
6. A denúncia da lide 720
7. A responsabilização de membro do Ministério Público por medida provisória 721
8. Conclusões 724

TÍTULO IV

A DEFESA

DE OUTROS INTERESSES

DIFUSOS E COLETIVOS

CAPÍTULO 43

Defesa das pessoas com deficiência

1. O princípio da igualdade 727
2. A defesa da pessoa com deficiência..... 734
3. A questão terminológica 738

4. Princípios, diretrizes, objetivos e equiparação de oportunidades	739
5. A acessibilidade em geral	741
6. O mercado de trabalho	745
7. A pessoa com deficiência e o Código Civil.....	750

CAPÍTULO 44

Defesa dos investidores no mercado de valores mobiliários

1. O Ministério Público na defesa dos investidores	753
2. Limites para a atuação ministerial.....	755
3. A prescrição e a decadência	756

CAPÍTULO 45

Defesa da criança, do adolescente e do jovem

1. A defesa de interesses difusos e coletivos na área de proteção à infância e à juventude.....	757
2. A competência para a ação civil pública.....	760
3. Hipóteses de ações civis públicas.....	762

CAPÍTULO 46

Defesa da ordem econômica e financeira

1. Generalidades	767
2. Hipóteses de ações civis públicas.....	771

CAPÍTULO 47

Defesa da ordem urbanística

1. Generalidades	773
2. A defesa dos interesses transindividuais ligados ao urbanismo	776

CAPÍTULO 48

Defesa das pessoas idosas

1. Generalidades	779
2. A política nacional do idoso	781
3. O Estatuto do Idoso	784
4. O Ministério Público e as pessoas idosas	788

CAPÍTULO 49

Defesa de grupos étnicos, religiosos e das minorias

1. A democracia e seus problemas	793
2. O respeito a grupos étnicos, religiosos e minorias	796
3. A chamada <i>discriminação positiva</i>	798
4. A defesa dos interesses transindividuais ligados às minorias	801

CAPÍTULO 50

Defesa das mulheres

1. Generalidades	805
2. O princípio da igualdade	806
3. A defesa de interesses transindividuais	808

CAPÍTULO 51

Defesa dos contribuintes

1. Generalidades	811
2. A defesa coletiva do contribuinte	811

CAPÍTULO 52

Defesa de qualquer interesse transindividual

1. Generalidades	819
2. A vedação de tutela coletiva	821
3. A defesa de interesses difusos ou coletivos	825
4. A defesa de interesses individuais homogêneos	825

TÍTULO V

CONCLUSÕES

CAPÍTULO 53

Síntese dos principais pontos do trabalho 831

ANEXOS

LEGISLAÇÃO

1. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 837
2. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (CDC, arts. 81-104)... 843

RESOLUÇÃO

Resolução n. 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007 849

SÚMULAS

Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo..... 857

NORMAS REGIMENTAIS

Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (arts. 220-262) 885

MODELOS

1. Portaria inicial de inquérito civil 897
2. Compromisso de ajustamento 899
3. Promoção de arquivamento de inquérito civil..... 901

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 973 p.

4. Petição inicial de ação civil pública (meio ambiente)	903
5. Petição inicial de ação civil pública (consumidor)	905
6. Quesitos para perícias ambientais mais comuns	907